

## Biodiversidade ganha Conselho de Gestão

Patrícia Cunegundes e Cíntia Sasse  
de Brasília

O controle da biodiversidade entra em uma nova fase no País. A partir de quinta-feira, com a implantação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGPG), casos como o acordo Bioamazônia-Novartis de prospecção genética na Amazônia, considerado ilegal pelo governo brasileiro, poderão ser evitados. O Conselho – instituído na Medida Provisória 2.186, reeditada 16 vezes e que demorou mais de dois anos para sair do papel – pretende normatizar o uso comercial da biodiversidade.

O Ministério do Meio Ambiente,

que presidirá o Conselho, acumula pedidos para o acesso a recursos genéticos do País. Ocorre que, na falta do CGPG, os pesquisadores ficaram impossibilitados legalmente de coletar material genético para realizar seus trabalhos. Algumas instituições ameaçadas de paralisar suas pesquisas continuaram, segundo representantes da comunidade científica, a coletar nos seus trabalhos de campo mesmo sem a necessária autorização do Conselho, já que este inexistia na prática. Em alguns casos, elas tomaram por base a própria MP e autorizaram o acesso apenas em situações emergenciais.